

13 FEV 1988

Antônio Carlos previne

O ministro Antônio Carlos Magalhães foi ao fundo da questão política, tocando a ferida sem medo, como sempre faz nos momentos cruciais em que se precisa de definições claras. Ao defender eleições gerais para 88, Magalhães provoca as reações dos que verdadeiramente estão interessados em eleições, em contraponto àqueles interessados em desestabilizar o governo Sarney. Ele dá chance a que os democratas sinceros venham agora referendar o desejo de eleições gerais, em todos os níveis, de presidente a vereador, passando por senadores, deputados e governadores.

Se não houver imediata reação favorável, estará claro que o tema das eleições gerais é apenas um estandarte que encobre fantasias, ou atitudes dissimuladas de quem fala em nome dos blocos, mas não dança conforme a música democrática. Os militares, por exemplo, são favoráveis às eleições gerais, como já se pronunciou o ministro Leônidas Pires Gonçalves. Já existem diversas emendas na Constituinte nesse sentido, e dando até oportunidade, como a do deputado Heráclito Fortes, que a eleição geral se processe em 89, com o Presidente Sarney cumprindo quatro anos e meio de mandato. Existem fórmulas para todos os interesses, para que a eleição geral sobrevenha. No entanto, não há da parte dos governadores nem dos constituintes palavra objetiva nesse sentido. Brada-se contra o presidente Sarney, acusam-no de facilitação de irregularidades e de não punir os corruptos: mas quem sinceramente

defende eleições gerais em 88 para substituí-lo no poder?

Antônio Carlos, na Fiesp, encontrou uma classe empresarial decididamente empolgada com a perspectiva de eleições gerais neste ano. O pronunciamento do Ministro das Comunicações, alinhando-se aos empresários, confere-lhe mais uma vez uma posição de intuidor de crises, para antecipar soluções. Indo ao encontro do sentimento dos empresários, ele denuncia todo o potencial inorgânico e interesseiro de uma classe política despreparada que se prende à ciranda irrealística de uma Constituinte idílica.

Considera o ministro haver até possibilidade de sair em pregação por todo o País em favor das eleições gerais, tal a receptividade que encontrou para essa tese. Mas é preciso que a Constituinte dispa-se de uma visão capilar da realidade e aceite mergulhar na profundidade da crise, tornando-se co-participante da grande negociação que representará o pacto de salvação nacional. Essa saída será o poder constituinte autolimitar seu mandato, como o fez o presidente Sarney, em nome de suas convicções quanto ao tempo ideal para uma transição. Se a Constituinte não adotar a eleição geral, ou votar por eleições presidenciais em 88, mas preservando os seus próprios mandatos de um novo julgamento pelas urnas, estará abrindo caminho para uma intervenção de força. Quem preveniu entende muito bem dessa natureza sensível.